



Hellen Vivian Moreira dos Anjos é mestra em Educação com ênfase em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica pela Universidade de Brasília - UnB; e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Professora efetiva de Didática e Fundamentos da Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais, Campus Avançado Janaúba.

Artífices: O que você destaca sobre o cenário da educação brasileira quando ocorreu a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008?

Hellen dos Anjos: A transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas Técnicas Vinculadas à Universidades Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, deu-se no segundo mandato do Governo Lula e fez parte de um grande plano estratégico para redimensionar a ideia de Educação de forma abrangente. Isso incluiu também o redimensionamento da ideia de “formação para o trabalho” no país. Contudo, essa não foi uma tarefa fácil. Havia aparatos legais do governo anterior, Fernando Henrique Cardoso, que impediam mudanças substanciais importantes para a Rede Federal como a sua ampliação para todo o país, especialmente para os rincões educacionais de um Brasil profundo. Além disso, era preciso trazer novamente à discussão questões que foram regulamentadas pelo Decreto nº 2.208/97, pela Medida Provisória nº 1.549/97 e pela Portaria nº 646/97 que estabeleciam, dentre outros retrocessos, a extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e a priorização de cursos nas modalidades concomitante e subsequente. Essas ações visavam priorizar os Cursos Superiores de Tecnologia, tanto que, nesse contexto, houve a transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em todo o Brasil. Pouco a pouco foi-se perdendo a ideia de formação técnica de nível médio nessas instituições que foram se aproximando cada vez mais do teor político-pedagógico de instituições de nível superior com requinte tecnológico. Dessa forma, a concepção de um novo momento para a Rede



Federal no país no início dos anos 2000 foi, talvez, a maior política pública educacional já implementada em território nacional, pois contou com a retomada da responsabilidade do governo federal de não somente manter e gerir, mas também expandir a Rede Federal, o que demandou uma fervorosa luta política para derrubar os instrumentos legais que impediam essas ações e colocar em prática o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica anunciado em 2005.

Artífices: Quais fatores, em sua visão, colaboraram para a criação dos Institutos Federais (IFs)?

Hellen dos Anjos: Um projeto alargado para a Educação Profissional brasileira, como a criação dos Institutos Federais, só poderia ter sido concebido num governo de cunho progressista como o do governo Lula. É claro que forças conservadoras sempre teimam em deixar suas marcas, até porque, por melhores que sejam as intenções de um governo progressista, há sempre o que negociar com forças contrárias, ainda mais quando se trata de discutir os rumos da formação para o trabalho de um país. Dessa forma, destaco que foi, sobretudo, o contexto político da época o maior responsável pela criação do cenário favorável para a concepção dos IFs. Importante salientar que o governo Lula, principalmente através do seu então Ministro da Educação, Fernando Haddad, priorizou também critérios técnicos e não somente critérios políticos para a definição das áreas geográficas onde seriam instaladas as novas unidades com a expansão da Rede Federal. Além disso, desde a reforma conservadora da Educação Profissional de 1997, parte da sociedade civil e da intelectualidade brasileira clamava por mudanças substanciais nessa modalidade da Educação, especialmente no que diz respeito à retomada da ideia do Ensino Médio Integrado. Vivíamos um momento de ruptura nos idos do início dos anos 2000 e a educação para o trabalho, que se mostrava em um novo momento a partir da criação dos Institutos Federais, precisava estar fortemente alinhada aos objetivos estratégicos do governo que a concebeu.



Artífices: Como os pesquisadores/intelectuais reagiram à criação dos IFs?

Hellen dos Anjos: A criação dos IFs foi, sem dúvida, o maior feito no Âmbito da Educação Profissional brasileira. Apesar de todas as críticas tecidas pela intelectualidade nacional acerca do processo de concepção e implementação de uma nova institucionalidade para a Rede Federal, não se pode negar o caráter revolucionário dessa política pública educacional para o país. As críticas não desmerecem o tamanho e o impacto dos IFs na vida do povo brasileiro. Se analisarmos criticamente o histórico da Rede Federal, veremos que a sua nova institucionalidade, através da criação dos Institutos Federais, foi o que de melhor aconteceu ao longo desses 114 anos da Rede.

Artífices: Quais foram, na sua análise, as críticas mais consistentes em relação à criação dos IFs?

Hellen dos Anjos: Houve muitas críticas no contexto da criação dos Institutos Federais. Para muitos estudiosos desta temática, a construção de toda normativa que criou os IFs era infinitamente inferior e não condizente ao tamanho e à importância dessas instituições para o país. Apesar de ser um grande projeto de reestruturação da Educação Profissional no Brasil, todas as etapas, da concepção à implementação, deixaram muitas arestas a serem aparadas. A primeira que posso enumerar é a falta de clareza na compreensão da identidade institucional dos IFs, ou seja, inicialmente, não se sabia ao certo qual formato teriam essas instituições. Havia defesas calorosas pela aproximação ao projeto das universidades e havia também aqueles que defendiam que deveriam ser instituições especializadas na oferta apenas de educação técnica de nível médio. Ainda hoje os debates em torno da nossa verdadeira missão institucional continuam dividindo opiniões e a questão da verticalização dentro da Rede Federal é um debate bastante promissor e, se bem realizado, pode nos trazer elementos importantes para a compreensão da nossa verdadeira identidade. Apesar de que, naquele momento de criação dos IFs, a Rede Federal estivesse completando o seu primeiro centenário, as instituições que a constituíam ainda careciam de verdadeira identidade, pois sempre estiveram à mercê das disposições transitórias de todos os projetos de lei que foram criados ao longo da história



da EPT no Brasil. O caráter híbrido ainda hoje, depois de 15 anos de criação, pode ser observado na composição das instituições que fazem parte da Rede Federal, o que dificulta compreender com clareza como se dá a constituição identitária dos IFs. Outra crítica importante feita pelos intelectuais é o fato do setor produtivo, através da aproximação dos IFs aos arranjos produtivos locais (APLs), aparecer como argumento forte presente nos documentos legais que amparam essas instituições. Cada palavra carrega em si mesma um discurso, uma defesa, um mundo de significados que expressam uma visão de mundo e, nesse caso, de formação para o trabalho. O que pode expressar a palavra “produtivo”? De que visão de formação ela mais se aproxima? Quem movimenta os arranjos produtivos onde cada IF está localizado? As empresas, o setor industrial ou agropecuário daquela territorialidade tem interesse em ver aquela escola se transformando em um espaço de educação popular libertadora e que atenda aos reais interesses dos brasileiros que pertencem ao Brasil profundo? Era preciso pensar em um projeto que fosse coerente com os ideais progressistas que vinham com o novo governo, o que anunciava que a nova institucionalidade dos IFs deveria vir acompanhada de um projeto de educação profissional muito mais voltado aos interesses da classe trabalhadora e não dar primazia aos interesses do mercado de trabalho. Atrelada a essas duas primeiras questões, uma terceira é, na minha opinião, a principal: até que ponto o novo decreto nº 5.154 de 2004 tinha avançado e conseguido superar o Decreto nº 2.208 de 1997? Apesar do novo decreto voltar a permitir todas as formas de se fazer educação profissional, especialmente, a ênfase na oferta do Ensino Médio Integrado, há que se questionar até que ponto os conceitos fundantes de uma educação verdadeiramente integrada conseguiram abalar as concepções conservadoras de formação para o trabalho sustentadas pela dualidade educacional, fruto da dualidade estrutural, que sempre marcaram a EPT no nosso país. Bem, “no frigidar dos ovos”, na luta sempre histórica entre forças conservadoras e progressistas, os Institutos Federais apresentam-se com grande potencial formativo na contramão de um projeto político educacional que teima em desarticular o Ensino Médio e a formação profissional. Acredito que será através da ideia de “Integração” que seguiremos resistindo através do projeto que acreditamos para toda a



população brasileira, especialmente aquela que, historicamente, sempre foi alijada de oportunidades educacionais mais alargadas.

Artífices: Quais são os desafios que persistem aos IFs nas dimensões ensino, pesquisa, extensão e gestão?

Hellen dos Anjos: Os desafios são inúmeros. Alguns de longa data, outros aparecem todos os dias na nossa vida profissional. Como disse, o maior desafio é trabalhar na perspectiva de construção de uma educação que seja verdadeiramente para todas e todos. Desde que fui aprovada no concurso público para professora desta Rede, a minha maior alegria é ver os meus alunos, especialmente aqueles oriundos de classes populares, terem o direito de sonhar. Esse deveria ser um direito inalienável de todo ser humano: sonhar projetando o seu futuro. O desafio é diário! É preciso que os IFs estejam sempre refletindo se estão conseguindo atingir todas as pessoas que deles necessitam para que tenham o direito de se projetarem para o futuro. Fico pensando naquelas pessoas que já desistiram de acreditar. Jovens e adultos que se deixaram sucumbir pelas mazelas desse mundo injusto. Essas pessoas estão dentro das nossas instituições? Estamos ofertando bem o PROEJA? E os cursos de Formação Inicial e Continuada para trabalhadores? Como andam as nossas licenciaturas? Essas são questões fundamentais que se apresentam como grande desafio, mas existem muitas outras. A questão do acesso, da permanência, da saída, o acompanhamento dos egressos. Todas essas categorias trazem uma infinidade de reflexões e possibilidades. Gostaria de ter tempo e espaço suficientes para discutir cada uma delas aqui. O acesso, por exemplo, é a porta de entrada para a Rede Federal, é por onde estamos dizendo quem deve e quem não deve entrar e fazer parte desse mundo de possibilidades. Se não tomarmos cuidado, a categoria “acesso” pode muito mais excluir do que incluir. É a falsa ideia de universalização. Quem realmente deveria estar, pode estar sendo excluído, privado das chances concretas de mudar a sua história. Assim também acontece quando pensamos nos nossos projetos de cursos, as nossas metodologias, as nossas avaliações. Estamos permitindo que os nossos alunos permaneçam nas nossas instituições e saiam dela com sucesso? Estamos mesmo



permitindo que eles sejam formados para a vida, como defendemos em nossos discursos acalorados? Temos conseguido trabalhar verdadeiramente a tríade indissociável ensino, pesquisa e extensão? Já conseguimos curricularizar a pesquisa e a extensão em nossos câmpus? Em relação à gestão, há autoconhecimento institucional suficiente para agir a partir das demandas que nos são diariamente apresentadas? Como gestor(a), eu estou escutando os clamores da minha comunidade? Enfim, não poderia enumerar aqui o tamanho dos desafios que temos. O que posso dizer é que há um longo caminho a ser percorrido e que é preciso estar atento(a) e forte.

Artífices: Em sua análise, quais as marcas identitárias que os IFs vêm construindo ao longo destes 15 anos?

Hellen dos Anjos: A primeira é a interiorização. Para mim, é a maior marca, sem dúvida. Interiorizar significa chegar aos historicamente excluídos. Nenhuma outra instituição pública federal conseguiu esse feito. Só por isso, já teria valido a pena a criação dos IFs. Mas tem muito mais: a oferta do Ensino Médio Integrado de forma prioritária; as infinitas possibilidades que se apresentam para servidores e estudantes por fazerem parte de uma Rede; o incentivo à formação continuada dos servidores através do afastamento remunerado; a assistência estudantil paga a estudantes em vulnerabilidade social. Em suma, todas essas marcas identitárias têm contribuído para uma outra grande marca: a transformação social dos territórios onde cada IF desse país está localizado.

Artífices: Nesse processo, quais aspectos distinguem os IFs das demais instituições que compõem a Rede Federal?

Hellen dos Anjos: Sem sombra de dúvidas é a oferta garantida, por lei, de um mínimo de 50% das vagas para cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada. Atrelado a isso, as nossas instituições podem, ainda, ofertar educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação lato e stricto sensu. Esse emaranhado de possibilidades, tão próprias à



natureza de uma Rede, deveria ser o nosso grande diferencial e, por sua vez, ditar os rumos da construção da nossa identidade. Existem críticas contundentes que envolvem essas questões. Já enumerei algumas aqui. Por isso, como disse, será através da ideia de verticalização que descobriremos quem realmente somos. Afinal, qual outra instituição oferta desde cursos de formação inicial de trabalhadores até a pós-graduação *stricto sensu*?

Artífices: Em sua perspectiva, quais foram os principais resultados alcançados no ensino, pesquisa, extensão e gestão?

Hellen dos Anjos: No ensino estamos gradativamente conseguindo chegar aos que mais necessitam e mudando vidas. Para mim, será sempre esse o maior feito dos Institutos Federais. Os projetos inovadores de ensino começam a ganhar fôlego e a brilhar os olhos de alguns servidores mais sensíveis à mudança e à ideia de que não é mais possível fazer educação como sempre fizeram. Aqui no nosso Campus Janaúba, por exemplo, temos um curso freireano de Ensino Médio Integrado, onde optamos por superar a ideia de disciplinaridade através de um projeto interdisciplinar, com vistas à transdisciplinaridade, lindo e potente, que se baseia em temas geradores. Penso que, se existe um lugar onde temos as melhores condições de transgredir, esse lugar são os Institutos Federais. Vejo, mesmo que a passos tímidos, as nossas instituições entrando em cena e intervindo nas comunidades através de ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região. Ainda há muito o que alcançar; mas não se pode negar o olhar atento de muitos gestores e demais servidores para o seu entorno. É nessa articulação entre ensino, pesquisa, extensão e boa gestão que os Institutos Federais podem se constituir como um espaço fundamental na construção de caminhos possíveis tendo sempre em vista as pessoas, todas as pessoas, que vivem ou apenas sobrevivem, em seus territórios. Se trabalharmos bem essa tríade indissociável, atrelando-a à uma gestão humana, justa e criativa, estaremos caminhando rumo à uma formação contextualizada, emancipadora e de caráter popular, carregada de princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.



Artífices: Quais são os principais desafios para a consolidação dos IFs enquanto referência para a Educação Profissional e Tecnológica?

Hellen dos Anjos: Os primeiros desafios estão no campo da concepção de Educação que pretendemos para as nossas instituições. Acredito que é preciso trabalhar para a superação da dualidade educacional que sempre marcou a EPT no Brasil. Para isso, os nossos projetos, todos eles, independente da modalidade, devem articular trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, pois esse é um dos objetivos basilares dos Institutos. A ideia de formação para o trabalho deve considerar todos os princípios fundantes da formação integrada, a saber: escola unitária e politécnica, omnilateralidade, trabalho como princípio educativo, ciência e cultura. Se nos assentarmos nesses princípios, mesmo que não seja tarefa fácil, estaremos em busca de uma formação mais abrangente dos indivíduos para o mundo, o que inclui a compreensão alargada do trabalho como realização inerente às mulheres e homens, em seu sentido ontológico, mas também como prática econômica histórica associada ao modo de produção capitalista. As demandas que nos chegam diariamente exigem de nós criatividade e capacidade de nos reinventar no mundo e para o mundo. Os outros desafios, por sua vez, estão no campo estrutural. Os IFs entraram em grande parte desse país de dimensões continentais, mas precisam avançar mais. Além da necessidade de novos campi, tem também a necessidade de consolidação das unidades já existentes, especialmente aquelas que pertencem à fase 3 do plano de expansão, como é o caso do meu campus. Várias unidades ainda necessitam de uma estrutura mais adequada como salas de aula e laboratórios maiores, climatizados, tecnológicos, espaços de convivência, quadras poliesportivas, refeitórios etc. É importante dizer que o espaço físico dos IFs é o lugar onde muitos estudantes passam a maior parte dos seus dias devido muitos cursos serem integrais. Além disso, muitos campi estão com alta defasagem de servidores, sejam docentes ou técnicos-administrativos. Somente a revogação do pacote de austeridade que veio articulado com as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio será capaz de permitir a retomada das políticas sociais, o que inclui a ideia de reestruturação da Rede Federal. Em apenas 14 anos de



existência perdemos muito das conquistas recentes. É chegado o momento de reconstrução.

Artífices: Em sua análise, quais são os principais desafios para a permanência e êxito dos estudantes na Rede Federal de Educação profissional, científica e tecnológica?

Hellen dos Anjos: Essa pergunta é muito interessante, pois os meus estudos no Doutorado em Desenvolvimento Social me levaram a discutir essas questões. Ao analisar práticas sociais e estratégias de estudantes de meios populares rumo à universidade pública, percebi que o desafio de permanecer na instituição é uma luta diária travada por esses indivíduos. Apesar da significativa melhoria dos indicadores de sucesso quanto ao acesso à educação formal, este cenário positivo ainda não significa sucesso em outros quesitos, como permanência e chances iguais para prosseguir. Também já pontuei aqui que a própria ideia de “acesso” pode se mostrar equivocada quando selecionamos, abrigados sob o véu da neutralidade, quem deve e quem não deve acessar às nossas instituições. Assim, muitos estudantes continuam sem condições de sonharem o seu futuro, dado que as suas condições materiais de existência e o seu baixo capital cultural são entraves para que isso aconteça. Na minha tese, eu chamo de “sucesso escolar”, a entrada de jovens pertencentes às classes populares na universidade pública. Mas existem outras formas de se conceber o sucesso. Depreendi, por exemplo, inspirada em Arêas¹ (2022), que muitos estudantes permanecem nos IFs, principalmente por questões estruturais, e que dizem respeito à essa nova institucionalidade da Rede Federal, seja por causa de um bom clima, de uma boa estrutura, das viagens técnicas ou culturais das quais participam, do recebimento de assistência estudantil, porque têm um local adequado para estudar, porque vinculam-se a um grupo a que pertencem, dentre tantos outros fatores. Fato é que a grande questão da permanência é interna, com muitos elementos estruturais.

¹ ARÊAS, C. A. de C. Transformar e mensurar: a avaliação como estratégia de consolidação e avanço na Rede Federal. In: Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC), 46. (Mesa redonda). Belém do Pará, 2022.



A permanência não pressupõe apenas chegar ao final do curso. Quanto mais o estudante fica, mais ele permanece, mais ele estabiliza. Há uma tendência muito grande em discutir êxito como sinônimo de estar formado. E êxito não é só estar formado. Êxito sequer tem a ver com promoção, passar de ano. O contrário de êxito é evasão, é fracasso, e fracasso é uma experiência pessoal. Um jovem que faz um curso técnico integrado em uma determinada área e opta por fazer uma faculdade em outra área do conhecimento não fracassou. Se pensarmos sob a perspectiva desse jovem, foi um êxito, pois sem essa escola, a Rede Federal, talvez ele jamais entraria em uma universidade pública. O êxito é diferente para cada um dos estudantes e parte da perspectiva do indivíduo. Para discutir políticas públicas educacionais, precisamos discutir o êxito na perspectiva do indivíduo e não na perspectiva das instituições. Assim, num cenário em que está em jogo a perspectiva de projeção para o futuro, de todas e todos, mas, especialmente, de pessoas oriundas dos setores populares, tratar das políticas de acesso e permanência é urgente nos Institutos Federais pois envolvem a real democratização de uma instituição que é pública, federal e de qualidade socialmente referenciada. Para além do acesso, essas pessoas têm o direito de ali permanecerem. Bourdieu² (2001) acredita que a relação com o mundo é uma relação de presença no mundo, de estar no mundo, no sentido de pertencer ao mundo e de ser possuído por ele. Isso significa pertencer a um determinado campo, manifestar-lhe adesão unânime nos limites desse campo, ser flagrado no jogo, isto é, na *illusio* como crença fundamental no interesse do jogo e no valor dos móveis de competição inerente a esse envolvimento. Para os estudantes dos IFs, pertencer ao campo da Rede Federal seja, talvez, a única oportunidade real de “pertencer ao mundo”, de construir as suas trajetórias com dignidade e chances reais de vitória. Vencer na vida é, para esses indivíduos, ter condições reais de existência, o que inclui acesso aos bens materiais disputados na sociedade capitalista. A partir do acesso aos IFs e das condições dadas para que eles permaneçam, esses estudantes são capazes de realizar um percurso novo e criativo, construído a partir das oportunidades observadas, com estratégias, por vezes, inovadoras

² BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.



(isto é, nunca empreendidas por outros membros do grupo), possíveis de realização em função de oportunidades. Assim, políticas sociais como as ações afirmativas para os cursos ofertados nos Institutos Federais têm, como um dos seus pilares, além da garantia de acesso a grupos historicamente alijados de oportunidades, garantir maiores índices de permanência e êxito desses estudantes na Educação Profissional brasileira.

Artífices: Finalmente, olhando para um futuro próximo, quais são as oportunidades e os desafios a serem enfrentados pelos IFs?

Hellen dos Anjos: Acho que acabei falando sobre isso nas questões anteriores. No campo das possibilidades está a busca da nossa verdadeira identidade. Muitos fatores indicam que estamos perto de encontrá-la. Somos uma instituição verticalizada de tipo único no mundo. Os olhos do país e do mundo inteiro estão voltados para nós. Temos também a oportunidade diária de continuar oportunizando mudança social nos nossos territórios de abrangência. Enquanto servidores docentes, temos a oportunidade de nos formar em serviço. Isso foi revolucionário em minha vida. Comecei a lecionar aos 17 anos e sempre vislumbrei ascender social, profissional e academicamente. Foi o IF que me permitiu isso! Vejo-me em grande parte nos meus alunos que, assim como eu, estão sonhando para além da miséria que nos deram como destino³. No campo dos desafios, talvez o maior deles seja chegar aos lugares mais longínquos. Que haja vagas suficientes para todas e todos que quiserem acessar essas instituições. Nenhum processo seletivo é justo, pois alguém sempre fica “de fora” e é geralmente quem mais necessita. Defendo sempre a ideia de que todas as nossas experiências de ensino, pesquisa, extensão e gestão podem e devem ser ressignificadas pelas comunidades. Isso é fazer educação popular! Teremos alcançado o nosso objetivo enquanto instituição se, de alguma forma, conseguirmos semear a utopia e a urgência de não sucumbir frente aos desafios impostos pela sociedade em que

³ RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Em: Querido Lula: cartas a um presidente na prisão, 2022.



vivemos. Freire⁴ (1992) nos advertiu que a linguagem da possibilidade precisa comportar a utopia como sonho possível. A minha utopia é que, em dias não tão distantes, não somente os estudantes da Rede Federal, mas todas e todos que, legalmente e legitimamente, têm o direito à educação em uma perspectiva de preparação para a vida e para o trabalho, gozem das possibilidades que se abrem quando lhes é dado o direito de sonhar.

⁴ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.